

Meditação sôbre o caminho de nossa igreja

Lindolfo Weingärtner

Conferência proferida no ato solene por ocasião do 25.º aniversário da Faculdade de Teologia, a 20 de abril de 1971

As seguintes páginas querem ser entendidas como uma espécie de balanço meditativo feito por um pastor da primeira geração de teólogos formados em São Leopoldo. Esta primeira turma de formandos, que passou pelo fogo da hoje quase já lendária epopéia dos “substitutos” e que estudou teologia sob condições as mais precárias e difíceis, sentiu os problemas da nascente IECLB na própria carne — desde os primeiros dias de seu engajamento com a igreja. Ao fazer êste balanço e ao comparar a situação reinante em 1942 com a de hoje, o fato de têmos sobrevivido teologicamente (e de a própria igreja ter sobrevivido. . .) se me afigura quase como milagre. Principalmente o desenvolvimento da Faculdade de Teologia, que entrementes completou um quarto de século de existência, é uma das coisas que ninguém, há 30 anos, poderia ter previsto.

Uma dúzia e meia de estudantes, precariamente alojados, comparados com a quase centena de estudiosos que integram a Faculdade no presente semestre e que têm de tudo que necessitam para um estudo proveitoso, não representam realmente um número muito impressionante. Mas êles, de certo modo, abriram a picada através do mato, que depois foi alargada e pavimentada por especialistas do labor teológico meticoloso.

Sei que a visão aqui apresentada por um dos integrantes da primeira “turma” — que por um decênio trocou o púlpito pela cátedra e que agora se está preparando para voltar ao ministério pastoral — é subjetiva e que seria temerário se eu tivesse a pretensão de falar em nome de todos os participantes do grupo que, em 1942, foram atirados ao trabalho. inexperientes, despreparados, como “substitutos de pastôres”, para iniciar o estudo da teologia, após um período de quase quatro anos de prática. Êles, como também os outros, que “foram acrescentados” através dos anos, todos viveram a seu modo os problemas da nossa igreja. Mas se as minhas reflexões não correspondem de todo à visão dos colegas, o farão em boa parte. E deverão ser, tanto para o primeiro grupo, como para as demais faixas da pirâmide etária do nosso pastorado — um convite à reflexão consciente dos problemas da IECLB.

As vozes “conscientizadoras” — críticas ou mesmo autocríticas — levantadas no âmbito da igreja freqüentemente têm o seu forte

no diagnóstico e o seu fraco na terapia. Queremos ficar “conscientes” deste fato. Mesmo que talvez um psicanalista possa defender a tese de que um diagnóstico autêntico já é terapia (pois, descobrindo o mal, o faríamos desaparecer), esta questão permanece controversa, mesmo na psiquiatria. E na igreja — valha-nos Deus! O diagnóstico pode ser uma arma arrasadora, manejada pela rabies teológica ou por outra rabies que absolutamente nada tem de teologia. Mas julgo que existe uma espécie de diagnose orientada para a terapia que, se não é terapia em si, será parte integrante e inalienável de qualquer processo terapêutico autêntico. Um tal diagnóstico tenho em mente na presente meditação. Embora as reflexões de certo modo sejam programáticas, é evidente que têm caráter fragmentário. O que une os fragmentos, será uma vez a séria preocupação por minha igreja e, outra vez, a tentativa de não falar de fora para dentro, nem de propagar utopias. O topos do qual argumento é a minha igreja, dentro da qual quero servir e agir. Será, pois, uma tentativa de desdobrar, de forma concreta, o credo ecclesiam de nossa confissão de fé.

Nascimento da IECLB — maiêutica dolorosa

Ao confrontarmos a situação em que hoje nos encontramos com as condições reinantes durante a Segunda Guerra Mundial, não podemos deixar de constatar, gratos, que nossa igreja conseguiu romper barreiras que a haviam limitado a uma existência relativamente pacífica, mas estática e insulada. Os membros da IECLB se movem, hoje, em um campo de horizontes abertos. A totalidade do imenso País se tornou seu campo de ação potencial. O particularismo dos sínodos e das próprias comunidades está cedendo lugar a uma visão mais ampla, que vai modificando mais e mais os conceitos de igreja tradicionais.

Lembro-me das conferências pastorais e dos concílios sinodais realizados no então Sínodo Ev. de S. Catarina e Paraná. Havia umas 25 paróquias instaladas em seu ambiente tradicional e ocupadas com seus problemas específicos. Elas eram a nossa igreja. O horizonte eclesiástico era limitado. Não, que o evangelho não estivesse em curso. Mas estava restrito ao pessoal da casa. As numerosas desavenças que naquele tempo abalaram o pequeno mundo sinodal (entre pastores e diretorias, entre comunidades e direção sinodal, entre grupos de pastores, etc.), interpreto-as hoje como sintomas de uma claustrofobia que eram como que inevitáveis sob as condições reinantes. No Rio Grande do Sul, estes sintomas eram menos acentuados, dadas as circunstâncias específicas que haviam moldado o Sínodo Riograndense. Mas não faltavam de todo. As comunidades eram por demais ocupadas com a manutenção de sua ilha cristã. Faltava a visão de um todo e de uma tarefa que transcendesse a da simples conservação dos valores herdados.

A grande maioria das comunidades era de cunho rural, agarradas a uma tradição e a um estilo de vida que em parte era uma couraça protetora de valores incontestáveis, mas que por outro lado

as impedia de ser “igreja para outros” — já que êstes outros não falavam a sua língua e não se entrosavam em suas estruturas sociais, culturais e eclesiásticas. O próprio ideal de **manter a igreja**, num ambiente heterogêneo, era pôsto em dúvida pela “perda” de grande número de jovens que vinham sendo assimilados pelo seu ambiente. Para muitos, que se preocupavam com o futuro das comunidades evangélicas, o caminho da igreja parecia ser um verdadeiro beco sem saída.

Foi aí que começaram as dores de parto — desencadeadas pelos eventos políticos da Segunda Guerra Mundial. As comunidades foram sacudidas de forma brutal. Tudo que parecera sacrossanto aos mais idosos, foi pôsto em xeque: O liame entre a língua alemã e o evangelho, entre a igreja e a escola — a intocabilidade das formas de culto — e dos pastôres. . . Naquele tempo realmente muitos julgavam que era o fim. Em realidade foi um comêço. A sacudidela — embora dolorosa — demonstrou ter sido salutar. Houve sofrimento — não só pelo evangelho, mas também pelo evangelho. Muitos sofreram de forma vicária para outros que escaparam mais ou menos ilesos. Mas o sofrimento nos ajudou a despertarmos para a realidade: A pressão precipitou a assimilação cultural já em andamento. Só um cego poderia deixar de ver que era preciso seguir os membros jovens que vinham perdendo sua ligação com a tradição germânica — não só com o intuito de mantê-los na igreja, mas de capacitá-los a darem testemunho de sua fé no próprio ambiente para o qual se haviam passado. Nestes anos, o sonho de uma igreja evangélica alemã no Brasil se desvaneceu para sempre. Aprendemos a distinguir os valores de um “Volkstum” dos valores do Povo de Deus, que se alimenta e que cresce exclusivamente pelo evangelho.

Tudo o mais que se seguiu nos dois decênios e meio transcorridos desde 1945 foi fruto de decisões básicas tomadas na época do fim da guerra. Dohms — homem cauteloso, mais propenso a frear do que a precipitar a evolução que se vinha demarcando, teve um papel preponderante, desempenhou a função de um autêntico agulheiro, naqueles anos críticos. Pospondo o seu ideal pessoal às necessidades objetivas, conscientemente colocou as agulhas na posição que permitisse a evolução da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil — com ênfase em cada uma das palavras que compõe o complicado nome. Lembro-me de momentos em que Dohms nos fêz participar de decisões cruciantes: Seria o Sínodo Riograndense (que êle sempre vira como célula mater da igreja maior) uma igreja “luterana”? Seria uma igreja “brasileira”, ou uma igreja “no Brasil”? — A opção por êle feita ficaria válida, e julgo podermos afirmar que Dohms quis a evolução que a IECLB tomou após sua morte, em 1956.

Creio que o nosso papel, hoje, é o de nos conscientizarmos do rumo tomado e de tirarmos as necessárias conseqüências. Estas poderão ser distintas de certas visões e previsões específicas, concebidas pela geração que já não está mais conosco. Mas é preciso que haja continuidade de propósitos básicos, porque sem continuidade não há caminho. E neste sentido julgo que o nome um pouco incô-

modo de nossa Igreja tenha algumas vantagens: **Ele contém um programa. É verdade que neste programa para muitos há uma grandeza dúbia (o que será, hoje, “confissão luterana”?), mas para quem assistiu as primeiras “dores de parto” da IECLB, compreenderá que a referência a Lutero e à Reforma não poderá ser compreendida como uma amarra que nos prende a um passado de tradições fixas, mas unicamente como auxílio para nortearmos a nossa bússola pelo centro do evangelho. Poderá ser de importância vital num país onde a interferência de polos secundários é tão acentuada que mantenhamos esta linha com total intransigência e que seja êste o serviço específico que nossa igreja tenha a prestar não só ao protestantismo brasileiro, mas a tôdas as igrejas cristãs e a todo o povo brasileiro.**

Formação teológica na IECLB

Fundada como “Escola de Teologia” do Sínodo Riograndense, a atual Faculdade de Teologia desde o início de sua existência foi posta a serviço da igreja maior, que formalmente ainda nem existia. Não fazendo distinção entre estudantes provenientes do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina ou do Espírito Santo, indubitavelmente preparou o terreno para a própria IECLB. Esta interdependência entre a Faculdade e a Igreja me parece ser um de seus característicos constitutivos e inalienáveis. Se bem que no decorrer dos anos a modesta “Escola de Teologia” foi mais e mais estruturada segundo os moldes de uma “Kirchliche Hochschule” alemã, com acentuada tendência acadêmica, a correlação Faculdade — Igreja nunca deixou de existir. O trabalho de estudantes nas comunidades frequentemente foi motivo de controvérsias entre professores e presidentes sinodais, mas estas giraram sempre em tórno da **modalidade do serviço a ser prestado pelos estudantes, não do serviço em si.**

Julgo que também no terreno da educação teológica a bússola aponte para um ramo bem definido. A Faculdade de Teologia deverá continuar a ser serva da igreja, serva ainda melhor do que tem sido no passado, serva que não compreende o seu serviço como servilismo, interessada em conservar e justificar o status quo eclesiástico, mas que, em responsabilidade crítica, se mantém em constante diálogo com os homens da prática eclesiástica. Uma das ocorrências mais promissoras dos últimos tempos foi que êste diálogo (neste caso entre a direção eclesiástica e os estudantes resp. docentes) foi praticado seguidas vêzes e que demonstrou ser viável, mesmo em circunstâncias difíceis. Os que entendem os sinais dos tempos (para só mencionar um único: três seminários protestantes brasileiros — todos grandes e de longa tradição — “estourados” nos últimos anos, porque êste diálogo deixara de ser realizado em um clima de liberdade e de autêntica parceria) sabem o que está em jôgo, quando uma instituição de ensino teológico não desempenha mais o seu papel de serva da igreja e quando esta não mais se prontifica a aceitar o serviço específico que aquela lhe poderá proporcionar. Entre a teoria e a prática sempre haverá tensão. Ela é

necessária e poderá ser uma fonte de criatividade. Uma Faculdade de Teologia tem, entre outros aspectos, caráter de laboratório onde novas idéias são refletidas, onde a tradição eclesiástica está sendo posta em dúvida sempre no intuito de procurar formas melhores de serviço. O que importa é que a tensão seja espiritual — não carnal.

A Faculdade de Teologia seria infiel a suas próprias premissas constitutivas, se de tempo em tempo não pusesse em dúvida a sua maneira de existir e de funcionar. Julgo que um tal processo de autoavaliação crítica está atualmente em andamento e que já levou a algumas modificações básicas, que poderão ser de grande importância para o futuro. O acesso à Faculdade não está mais restrito a jovens que tomaram a decisão de “serem pastôres”, com a idade de 12 ou 13 anos. Dois terços do estudantado se decidiram para o estudo da teologia após terem cursado o colégio. Com a admissão de numerosos estudantes não moldados por uma tradição eclesiástica específica, certamente as condições prevaletentes na Faculdade ficaram fundamentalmente modificadas e requerem uma pedagogia radicalmente nova. O perigo de uma educação formal, apenas receptiva e repetitiva, se torna evidente e foi apontado com insistência pelos próprios estudantes. A Faculdade passou para uma fase de experiências, na qual as preleções tradicionais vão sendo transformadas mais e mais por um método de ensino e de aprendizagem que permite maior desenvolvimento da criatividade teológica. As experiências, ainda em andamento, demonstram que não há um método infalível (mesmo o de “São” Lauro de Oliveira Lima...) e que criatividade, informação e esforço intensivo não representam alternativas, mas antes grandezas complementares. Mas o próprio fato de em 25 anos de existência, a Faculdade de Teologia ter gerado poucos teólogos que “produziram teologia” — que sequer se aventuraram a escrever um artigo nos “Estudos Teológicos” — talvez seja um sinal de alarma que nos deverá lembrar de que realmente à criatividade deve ser dada prioridade absoluta no estudo teológico. Julgo que neste campo, nós, os próprios docentes, deveremos passar por um aprendizado intensivo — prontos para nos livrarmos de algum peso morto, em benefício de uma teologia engajada com o homem presente. Por ora não consideramos as línguas antigas como peso morto, e julgo que nunca o faremos, mas surgiram sérias dúvidas, se todos os estudantes são realmente beneficiados pelo estudo do grego e do hebraico — já que poucos aprendem a falar com perfeição o alemão, que para nós continuará a ser a língua franca teológica. A decisão será crucial — mas penso que mais cedo ou mais tarde deveremos possibilitar um segundo curso de teologia, equiparado ao caminho tradicional, que substitui as línguas clássicas por um estudo mais profundo da realidade sociológica, científica, cultural e psicológica em que se encontra o homem de nosso tempo. Neste contexto, não advogo uma “teologia autóctone”, mas uma **teologia responsiva** — que não passe de largo pelo homem brasileiro (inclusive o teuto-brasileiro) e que não procure dar as respostas antes de ouvir as perguntas que ressoam pela própria casa em que se acha alojada.

No âmbito da Associação de Seminários Teológicos Evangélicos do Brasil (ASTE) estão sendo feitas tentativas de superar o modelo de “seminário” isolado onde os estudantes são mantidos pelas comunidades com o fim exclusivo de estudarem teologia. No seminário batista do Rio, por exemplo, todos os estudantes trabalham, ou em profissões liberais ou na indústria, no comércio, em escritórios — em um regime de 4-8 horas por dia, dedicando, em média só a metade do seu tempo ao estudo. Além de permitir o “ganha-pão” dos estudantes, este sistema promete superar o autarquismo teológico, pelo confronto constante dos alunos com as condições humanas reinantes em seu ambiente. Embora tenha os seus valores incontestáveis, não creio que este caminho, ao menos por ora, seja indicado para nós, mesmo não levando em conta a sua impraticabilidade em nosso meio. Deveremos encontrar as nossas próprias formas de engajamento e de entrosamento do estudo teológico com o meio secular e eclesiástico em que vivemos. A solução mais apropriada talvez será a de deixarmos evoluir organicamente as tentativas que já se acham em andamento: Trabalho remunerado de estudantes em colégios, escritórios, etc. (restrito a 2 horas diárias), engajamento responsável do estudantado no trabalho das comunidades vizinhas, grupos de visita, trabalho organizado durante as férias, estudo suplementar na Unisinos, etc. O essencial é que o engajamento não sobrecarregue o estudante e não desloque o centro de gravidade do seu estudo, impossibilitando a formação de critérios que são prejudicados por um envolvimento acríptico e prematuro em um ambiente que ele se propõe a modificar, justamente pelas perspectivas que o próprio estudo lhe vai fornecendo.

O pastorado da IECLB

A pirâmide etária do pastorado da IECLB mostra uma configuração pouco comum: É muito larga na base e tem um ângulo superior obtuso. Em alguns anos, a maioria de nossos pastores terá menos de 35 anos, e só alguns poucos (que deverão ter a cotação de verdadeiros sábios...) terão mais de 55. Esta constelação poderá ser promissora, porque um pastorado jovem tenderá a ser mais aberto a fazer reformas estruturais, que a nova situação poderá requerer. Por outro lado, uma pirâmide etária tão incomum tem, também, os seus aspectos problemáticos. Poderão surgir problemas de liderança, de experiência administrativa e de continuidade histórica, sem a qual nenhuma igreja poderá existir. Muito cedo um número crescente de jovens pastores deverá desempenhar funções de grande responsabilidade — fato que quase nos obriga a andar em busca de um processo de maturação acelerada, ao qual a “jovem-guarda” deverá ser submetida. Talvez este processo realmente exista, e que o seu segredo esteja na transformação do “conflito de gerações” (grandeza biológica — não especificamente humana — mais própria a manadas de cervos ou a alcateias de lobos) em “diálogo entre as gerações” (este, especificamente humano — pois o proprium do homem é a palavra-argumento). Serei por demais

otimista, se afirmo ver sintomas encorajadores de que este processo já se acha em andamento?

Por mais de cem anos, as nossas comunidades receberam os seus pastôres das igrejas evangélicas da Alemanha. Dadas as condições existentes nas próprias igrejas alemãs, e também devido ao crescimento rápido da Faculdade de São Leopoldo e à injeção maciça que nosso pastorado recebeu através do Curso Intensivo, o número de pastôres alemães tende a decrescer nos próximos anos. Julgo que este é um fenômeno natural, e seria bem lógico, se já se tivesse realizado há meio século atrás. Nenhuma igreja a longo prazo poderá receber a maior parte de seus ministros “de fora”, a não ser que queira correr o perigo de fazer atrofiar-se os carismas existentes em seu meio. A pergunta se impõe, se futuramente ainda haverá necessidade de pastôres alemães, e se a igreja não terá dificuldades crescentes em “colocá-los”. A questão deve ser abordada com seriedade e com objetividade, em benefício dos próprios colegas alemães que se dispõem a servir em nosso meio. Creio que a vinda de pastôres alemães ainda seja necessária e benéfica por muitos anos, embora pense que a escolha deva obedecer a critérios mais diferenciados e que o processo de aprendizagem ao qual cada colega alemão deverá submeter-se, não seja restrito a meio ano de estudo da língua portuguesa. Também no Espírito Santo, no vale do Itajaí e na região de Estrêla (e certamente também em Rio e São Paulo) o conhecimento do português e a familiaridade com as condições culturais e sociais do País serão, em escala crescente, premissa para qualquer trabalho dirigido para o futuro. Há uma geração atrás, os pastôres alemães eram recebidos não só como mensageiros do evangelho, mas também como mensageiros da longínqua “mãe-pátria”, com um saudosismo mais ou menos latente. Hoje, este motivo deixou de existir quase em toda a parte. Se os colegas alemães souberem topar a parada, enfrentando as dificuldades crescentes, implicados principalmente nos fatores apontados e no desnível econômico e cultural — se eles souberem engajar-se na situação brasileira assim como ela está — exclusivamente por causa do evangelho — então a IECLB está de parabéns. Os pastôres brasileiros terão frente a seus olhos uma ilustração da *kenosis* que também dêles, de uma ou outra forma, será exigida. Em todo o caso, seria uma desgraça (desgraciosa mesmo), se após cem anos de serviços relevantes prestados por pastôres alemães, estes tivessem a impressão de que agora estão “sobrando”. Mesmo se o número de pastôres de além-mar decrescer — se vierem mais “especialistas” em lugar de párocos, mesmo além dos docentes de teologia — multiplicadores e portadores de experiências várias — isso será uma continuidade autêntica do trabalho realizado no passado, sob circunstâncias outras. Caso se formar a estulta confrontação: aqui, pastôres nativos — ali pastôres estrangeiros, então provamos que nada aprendemos da história e que necessitamos ser despertados para os verdadeiros problemas de nossa igreja e de nossa terra.

O assunto: pastôres alemães — não poderá ser abordado isoladamente, sem que se toque no problema das relações entre a IECLB

e a EKD. Simplificando um pouco, poder-se-á dizer o seguinte: — A igreja alemã deixou de ser a igreja-mãe e tornou-se nossa irmã mais idosa. O cordão umbilical foi cortado há decênios atrás. A criança nasceu, e agora está sendo assistida pela irmã mais velha, mais experiente e mais rica, cujo intuito muito compreensível é fazer a mana menor ganhar o seu próprio pão — o quanto antes. Tentar restabelecer o cordão umbilical, será ter uma falsa eclesio-logia. Tentar romper as boas relações com a irmã mais idosa, será algo equivalente.

O problema dos pastôres americanos em parte se identifica com o dos colegas alemães, se bem que as condições de sua vinda foram outras. Também êles terão de fazer uma reavaliação crítica da visão de sua tarefa entre nós. Os impulsos salutares que já temos recebido — principalmente no terreno da mordomia e da prática ministerial — são prova eloqüente de que — mais do que de dólares e de marcos — precisamos de gente que plante idéias — que nos ensine o verdadeiro abc em alguns campos que em nosso passado foram relaxados, por exemplo o da participação ativa dos leigos nos assuntos espirituais da comunidade.

Comunidade, ministério e ministérios na IECLB

Muitas comunidades da IECLB — não só as urbanas — estão tendo a mesma experiência dolorosa das comunidades européias: O culto dominical, destinado a ser o coração latejante da comunidade, está sofrendo um processo de esvaziamento. A igreja como local de convenção “do povo que Deus tem na cidade” em larga escala passou a ser um ideal utópico. Há comunidades de mil famílias onde o “contrôle social” outrora existente não mais leva as “almas mortas” à igreja e onde a freqüência aos cultos, nos domingos “não festivos” é irrisória (ca. de um por cento dos membros!). E o pároco — ordenado para pregar o evangelho de maneira reta e pura — êle sobe ao púlpito, domingo por domingo — e prega, como é seu dever. Freqüentemente faz sérias tentativas de modificar o estado de coisas — tenta uma campanha de mordomia, ou julga que uma evangelização poderá levar a um nôvo comêço. Mas os mil encargos pelos quais êle responde, em breve o forçam a repisar os velhos trilhos. Êle se cansa, se acomoda e cai na rotina.

É muito compreensível que o “pastorado tradicional”, assim como em tantas comunidades se patenteia aos olhos de candidatos potenciais ao ministério, sob estas circunstâncias não exerça uma atração peculiar. Muitos dêstes candidatos, mesmo os que deram o passo concreto de se matricularem na Faculdade, são possuídos de grande insegurança frente às exigências do ministério pastoral concreto. Êles receiam tornar-se mestres de cerimônia. A relutância em usar a batina tradicional, observada em uma série de casos, parece ser apenas um sintoma. Não é apenas o “môfo de mil anos”, mas é tôda uma concepção de ministério e de comunidade que está em jôgo.

Há várias tentativas de indicar saídas:

— O pastor não será mais o clérigo, que trabalha de tempo integral, a serviço da comunidade. Ele será antes um “irmão teólogo”, um leigo especializado, cuja função é orientar os outros membros em questões exegéticas, doutrinárias e éticas.

— O pastor será treinador de leigos — nada mais. O treinador não joga. O jogo é feito pelos leigos, no lugar onde eles vivem. A missão do pastor é preparar êstes verdadeiros missionários. Ele mesmo, em virtude de seu status pastoral, não se presta para a missão (Hoekendijk).

— O pastor deverá voltar a ser o pregador carismático, que atrai multidões às igrejas.

— O pastor deve preparar a comunidade para uma existência na diáspora. Não deve contar mais com a ficção de uma sociedade cristã, mas trabalhar com pequenos grupos de ação, dispersos no mundo profano.

Tentando fazer uma análise sóbria da situação em que nos encontramos, julgo que poderemos afirmar o seguinte: — O pastor não cria o evangelho — mas o evangelho cria (presente do indicativo) o pastor. O evangelho cria os ministérios que lhe são adequados. Partindo desta premissa básica, poderemos chegar a uma série de conseqüências que talvez apontem para o futuro. Em primeiro lugar, julgo que se imporá mais e mais a diversificação do ministério. Não poderemos mais forjar a todos pelo mesmo molde. Não todos os teólogos têm os mesmos carismas. A IECLB faria bem em encorajar a diversificação do ministério pastoral (nas cidades onde existem vários pastôres talvez mesmo será necessário fazer sugestões concretas — entre outros, para racionalizar o trabalho), tornando-se também mais flexível quanto à exigência de dedicação integral de tempo e do caráter vitalício do ministério. Seria pena, se perdêssemos elementos valiosos que não conseguem livrar-se da impressão de que a batina os sufoca. — Em segundo lugar, julgo que o ideal do “teólogo consultor” deve ser pôsto de lado. Liderança autêntica não poderá limitar-se a dar conselhos.

Em II Cor 11,23ss. o arquiteólogo da cristandade, Paulo, descreve, de maneira bem concreta, as modalidades de seu assessoramento teológico. Se fôr nestes moldes que imaginamos o teólogo-consultor, então a questão deve ser levada a sério. Mas a idéia de um “brain-trust” de teólogos versados, que se limitam a orientar os leigos, não leva em conta que orientação e ação não podem ser separadas. — Será uma questão aberta, se os teólogos profissionais deverão continuar a monopolizar a pregação. Talvez formalmente os limites entre leigo e pastor se fundirão. Mas o evangelho requer evangelistas. O perdão de Deus requer homens que o proclamam com responsabilidade. Se o teólogo julgar que não é mais o seu papel, visitar o velhinho moribundo, de quem ninguém se lembra, então poderá ser que em breve não terá mais papel nenhum. Aqui, como em tôda a parte, as falsas alternativas complicam e confundem as coisas. — Julgo que os nossos teólogos precisam achar modelos próprios (no duplo sentido: seus — e adequados) para o seu ministério. Eles não podem transplantar simplesmente as soluções

européias ou americanas para nosso meio. O nosso teólogo deve ser um criador de ministérios justamente porque o evangelho cria os instrumentos que lhe são adequados. Neste processo criativo, os ministérios existentes não serão esvaziados, mas terão maior plenitude — serão complementadas e terão uma estrutura mais adequada.

Dentro destas perspectivas, julgo ser positivo o fato de a compreensão tradicional do ministério pastoral estar começando a entrar em choque com concepções novas, que questionam uma série de elementos, antes considerados constitutivos do pastorado: O pastor que “atende” a comunidade, que supre as suas necessidades espirituais, mormente nos momentos festivos e solenes, a efigie paternalista do líder incontestado da comunidade, do homem que realiza os cultos e que é o único a fazer visitas aos doentes — tôda a imagem do “pastor fiel que se acaba no serviço de uma dúzia de filiais e que não tem ninguém que lhe ajude a puxar o carro” — está começando a ser contestada — creio que com razão.

Se não quisermos cair vítimas de ideais utópicos ou de concepções unilaterais, precisaremos de uma eclesiologia que nos permita pesar os argumentos. Tese básica de nosso “credo ecclesiam”: O pastor precisa descobrir a comunidade, antes que possa servi-la. — Creio que esta descoberta foi feita pela Reforma e que ela — obscurcida pela distância que nos separa dos próprios descobridores — deve ser reconquistada, hoje.

O clericalismo continua existindo, também em uma modalidade protestante, provido ou não de batina.

Na revista “Hannoversches Pfarrerblatt” (1, 1970), S. H. Badenhop sintetiza o assunto em uma fórmula breve: “O sola fide se transformou em solo pastore”. Este pastor, que dá os cultos, aos quais convida a comunidade, êle “ratifica as suas prédicas com o seu próprio amém”, não dando nenhuma chance à comunidade para discordar. — A meu ver, o mal-estar da nova geração de pastôres frente a aspectos centrais de seu ministério tem sua raiz mais profunda no fato de ainda não terem descoberto a comunidade — de julgarem que seu papel será o de manterem o status quo de uma comunidade atrofiada e alienada. Talvez para muitos será um verdadeiro alívio descobrirem que o **credo ecclesiam** do Terceiro Artigo não visa uma comunidade como foi moldada por fatores tradicionais vários, mas visa o povo que Deus vai reunindo através de sua atuação, hoje, pela qual êle chama, ilumina e congrega a cristandade.

Julgo que é na compreensão de **comunidade** e da concretização dos ministérios nela existentes que tenhamos de retificar uma longa tradição questionável, em um esforço persistente de autocritica e de tentativas novas e corajosas. A imaturidade, a menoridade espiritual, o infantilismo teológico crasso que paralisa a vida de tantas comunidades de nossa igreja, poderá ter uma de suas raízes principais na atuação do pastor paternalista, que monopoliza tôda e qualquer atividade espiritual, que é especialista em pregação, em ensino, em poimênica, em construção de igrejas, em música sacra,

em campanhas financeiras — que não deixa crescer os homens em seu redor, que não incentiva carismas, que não lida com os outros membros de igual para igual. Neste campo precisamos de um verdadeiro curso de alfabetização pastoral. Se não aprendermos de Lutero (principalmente do jovem) o que é sacerdócio de todos os crentes, talvez um Manuel de Melo nos venha a ensinar um dia algumas verdades básicas neste particular (como, aliás, fez em Evian, em outro assunto onde o luteranismo mundial não estudou bem a lição...).

Creio que as coisas devem começar a ser modificadas no âmbito do culto dominical. A comunidade realiza o culto. Ela é que é responsável por sua assembléia máxima. O ministério pastoral existe em função desta comunidade reunida e depois dispersa no mundo, com a semente do evangelho. O ministério pastoral existe para velar sobre a plenitude dos ministérios, da qual todos os membros participam — não para encampar e monopolizar a função dos demais membros. Creio que o tempo é chegado em que deveremos interpretar literalmente II Cor. 4,13: “Eu cri, por isso eu falei: nós também cremos, por isso também falemos”. — Quem crê, precisa falar. O testemunho múltiplo não é prerrogativa dos pentecostais. Se nossos cultos não vierem a ser um evento-testemunho, relevante para a existência total da comunidade, para o que ela faz e para o que ela deixa de fazer, então tudo mais que poderemos inventar não passará de terapia de sintomas. Mas, uma vez estabelecido o rumo da caminhada, mesmo pequenos passos serão promissores, uma vez que sejam persistentes.

Talvez tenha sido o erro de muitas campanhas de mordomia que se tenha tentado dar o “grande salto” de uma vez, num tipo de reavivamento programado, olhando pelos frutos da fé, no próprio ato da sementeira. A ação cristã é uma planta de raízes bem tenras, que precisa ser cultivada com carinhosa persistência. Também a evangelização deverá levar em conta este fato básico. No entanto, me parece que uma mordomia baseada em fundamento bíblico (como por exemplo vem sendo entendida no excelente livro de Helge Brattgard — “Im Haushalt Gottes”) oferece os critérios e o instrumental necessários para a renovação da comunidade cristã, na qual ministério e ministérios não apenas coexistem pacificamente, mas onde mutuamente se condicionam e se completam.

(A segunda parte deste trabalho deverá ser publicado em um dos próximos números regulares de Estudos Teológicos. Abordará, em especial, os temas: Estruturas e ordens eclesiásticas, polarização entre piedosos e socialmente engajados, perspectivas missionárias da IECLB, necessidade de uma pedagogia nova e, eventualmente, o esboço de uma “teologia do dinheiro da igreja”... — Os eventuais resultados de um diálogo — oral ou escrito — referente aos problemas abordados poderão ser apresentados em um excurso especial).